



Universidade de Brasília

Faculdade de Brasília

Curso de Gestão Ambiental

BRUNA PEREIRA SILVA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRANSFORMAÇÃO EM
COMUNIDADES RURAIS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA
(PLANALTINA-DF)**

BRASÍLIA, DF

2025

BRUNA PEREIRA SILVA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRANSFORMAÇÃO EM
COMUNIDADES RURAIS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA
(PLANALTINA-DF)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof.º Dr.º Tibério Leonardo Guitton

Brasília, DF

2025

BRUNA PEREIRA SILVA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRANSFORMAÇÃO EM
COMUNIDADES RURAIS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA
(PLANALTINA-DF)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da
Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Gestão Ambiental.

Planaltina (DF), .

Banca Examinadora

Orientador: Prof.º Dr.º Tibério Leonardo Guitton
(Orientador)

Prof.º Dr.º Antônio de Almeida Nobre Junior
(Examinador)

Prof.º Dr.º Flávio Murilo Pereira da Costa
(Examinador)

Silva, Bruna Pereira

A Economia Solidária Como Alternativa de Transformação Em Comunidades Rurais:
Um Estudo no Assentamento Fazenda Larga (Planaltina - DF)

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Gestão Ambiental – Universidade de
Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina. 1º Semestre de 2025.

Páginas: 49

Orientador: Prof.º Dr.º Tibério Leonardo Guitton

AGRADECIMENTOS

Este é, sem dúvida, o momento mais aguardado por mim em toda a trajetória de construção e escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso. A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio, a paciência e a colaboração de diversas pessoas, às quais expresso minha mais profunda gratidão.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me guiar em todos os caminhos e por ser luz constante em minha vida, especialmente nas noites em que precisei de força para persistir nos meus sonhos e acreditar no propósito deste trabalho.

À minha família, por acreditarem em mim em todos os momentos. Em especial, à minha mãe, Francisca, e ao meu pai, Odesvaldo, por todo o apoio, amor e presença incondicional ao longo desta caminhada e de toda a minha vida. Saber que vocês acreditam em mim me dá ainda mais motivos para continuar e vencer.

Pai, obrigada por sempre valorizar minha educação e, desde a infância, me incentivar a buscar um futuro melhor por meio dos livros e do estudo. O senhor é um verdadeiro exemplo de superação. Mãe, obrigada por todo o amor, carinho diário e cuidado. Seu apoio constante me fortaleceu e me acompanhou até aqui, ajudando a transformar meus sonhos, os nossos sonhos, em realidade.

Um agradecimento muito especial à minha amiga e colega de curso, Brenda, que teve um papel fundamental nesta caminhada. Sem você, talvez eu nem estivesse escrevendo estes agradecimentos. Obrigada por todo o apoio, pelas trocas de conhecimento, pelas conversas, pelos toques sinceros e pelas críticas construtivas durante toda a graduação. Você é, sem dúvida, uma grande inspiração para mim, agradeço pela nossa amizade, que é leve, e ao mesmo tempo, profundamente significativa na minha vida.

Agradeço também ao meu namorado, Pedro, por estar ao meu lado em todos os momentos e por me incentivar a continuar e acreditar que eu seria capaz de concluir essa etapa. Sua presença foi essencial.

Também não posso deixar de agradecer ao meu orientador, professor Tibério, que me acolheu com paciência, atenção e profundo conhecimento. Obrigada por toda a ajuda, pela escuta e por me orientar com respeito e sensibilidade ao longo do processo de construção deste trabalho.

A todos e todas que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para essa conquista, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a presença dos princípios da economia solidária nas práticas organizativas e produtivas do Assentamento Núcleo Rural Fazenda Larga, localizado em Planaltina-DF. A pesquisa busca compreender como os assentados, por meio de suas formas de organização coletiva, constroem alternativas que favorecem a inclusão social, e o fortalecimento das relações comunitárias. Nesse contexto, analisa-se de que forma as iniciativas locais, como a associação de moradores (APROFAL) e a cooperativa estruturada no território, contribuem para a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento social e econômico da comunidade, mesmo diante de desafios estruturais e limitações institucionais.

O estudo evidencia que, mesmo de forma informal e, por vezes, com baixo acesso a políticas públicas específicas, a economia solidária se manifesta no cotidiano dos assentados, seja através da cooperação no trabalho agrícola, da produção voltada para o consumo interno e para a comercialização, ou das iniciativas coletivas que buscam melhorar a qualidade de vida no território. Essas práticas reforçam a importância da economia solidária como alternativa concreta de geração de renda, inclusão social, fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais assentados.

Palavras-chave: Autogestão; Agricultura Familiar; Cooperativismo; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This study aims to investigate the presence of solidarity economy principles in the organizational and productive practices of the Fazenda Larga Rural Settlement, located in Planaltina-DF, Brazil. The research seeks to understand how settlers, through their forms of collective organization, build alternatives that promote social inclusion, and the strengthening of community relations. In this context, the study analyzes how local initiatives, such as the residents' association (APROFAL) and the cooperative structured within the territory, contribute to self-management, cooperation, and the social and economic development of the community, even in the face of structural challenges and institutional limitations.

The study reveals that, even informally and often with limited access to specific public policies, solidarity economy practices are present in the daily lives of the settlers. These practices can be observed through cooperation in agricultural work, the production aimed at both self-consumption and commercialization, as well as collective initiatives seeking to improve the overall quality of life in the settlement. Such experiences reinforce the importance of the solidarity economy as a concrete alternative for income generation, social inclusion, the strengthening of family farming, and the promotion of sustainable development in rural settlement areas.

Keywords: Self-management; Family Farming; Cooperativism; Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Assentamento Fazenda Larga no Distrito Federal	24
Figura 2 - Mapa AutoCAD Características da Área	25
Figura 3 - Tabela da Estimativa da População do Assentamento Fazenda Larga	26
Figura 4 - Sede da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga APROFAL	30
Figura 5 - Produção de tomates	30
Figura 6 - Galinheiro	30
Figura 7 - Moradora em casa	30
Figura 8 - Placa da sede da Associação	32
Figura 9 - Casa do Assentamento	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos participantes do questionário	32
Gráfico 2- Tempo de residência no assentamento	32
Gráfico 3 - Frequência de trabalho conjunto entre os moradores	33
Gráfico 4 - Participação em mutirões ou ações coletivas	33
Gráfico 5 - Compartilhamento de ferramentas e recursos produtivos	34
Gráfico 6 - Participação em decisões comunitárias	34
Gráfico 7 - Percepção sobre participar das reuniões	34
Gráfico 8 - Percepção sobre a possibilidade de contar com os vizinhos em momentos de necessidade	35
Gráfico 9 - Sentimento de união entre os moradores	35
Gráfico 10 - Participação ou testemunho de ajuda coletiva a famílias em situação de dificuldade	36
Gráfico 11- Participação de grupos de trabalho coletivo ou cooperação	36
Gráfico 12- Opinião sobre a viabilidade de um modelo de economia solidária	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da População do Assentamento Fazenda Larga

26

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APROFAL - Associação dos Produtores da Fazenda Larga

CCAs - Cooperativas Centrais dos Assentados

CONCRAB - Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária

DF - Distrito Federal

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SCJS - Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SINAIS - Sistema Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	15
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Economia Solidária	17
2.1.1 Economia Solidária Em Comunidades Rurais Brasileiras	18
2.2 Marco Legal da Economia Solidária no Brasil	20
2.3 O Modelo Cooperativo e Suas contribuições Para Comunidade Rurais	21
3 MATERIAL E MÉTODOS	23
3.1 Área de Estudo	23
3.1.1 Mapas de Localização do Assentamento na Poligonal do DF	24
3.2 Aspectos Sociais e Territoriais	25
3.2.1 Caracterização Demográfica do Assentamento Fazenda Larga	25
3.2.2 Entrevista com o Ex-Presidente da Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL)	27
3.3 Questionário	27
3.4 Visitas	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 Perfil dos Respondentes	32
4.2 Práticas de Cooperação e Trabalho Coletivo	32
4.3 Participação e Decisão Coletiva	34
4.4 Organização Produtiva e Iniciativas Solidárias	35
4.5 Análise Qualitativa das entrevistas	37
4.6 Limitações da Pesquisa	38
4.6.1 Sugestões Para Pesquisas Futuras	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	46

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, os assentamentos rurais desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à terra, promovendo justiça social, inclusão produtiva e práticas agrícolas sustentáveis. Essas iniciativas, ao garantirem terra a famílias de baixa renda, fortalecem a agricultura familiar, que muitas vezes se baseia em métodos produtivos mais diversificados, ambientalmente responsáveis e socialmente integrados (Oliveira; Sturza; Clemente, 2024).

Nas últimas décadas, houve um aumento significativo, no Brasil, de movimentos sociais e políticas públicas voltadas à promoção de formas alternativas de trabalho. Essas iniciativas buscam oferecer meios de subsistência e melhoria das condições de vida sem depender exclusivamente do emprego assalariado. Nesse contexto, a Economia Solidária se destaca como uma das principais expressões desse movimento. (PItaguari, 2010)

Nesse cenário, surge a hipótese de que a economia solidária entendida como um modelo de organização econômica pautado na cooperação, autogestão e solidariedade possa estar presente, ou ao menos encontrar espaço de aplicação, dentro de assentamentos de reforma agrária. Este trabalho parte dessa possibilidade para investigar se as práticas produtivas e organizacionais do Assentamento Fazenda Larga, localizado em Planaltina-DF, se aproximam ou refletem os princípios da economia solidária.

O objetivo principal é analisar se há elementos neste território que indiquem a construção de uma lógica solidária de produção e organização do trabalho, especialmente por meio de iniciativas como cooperativas ou grupos produtivos coletivos. Tal análise busca compreender como, e em que medida, a economia solidária pode contribuir para o fortalecimento comunitário, geração de renda, melhoria das condições de trabalho e inserção socioeconômica justa e participativa.

Entretanto, reconhece-se que, mesmo com avanços nesse campo, persistem desafios estruturais como o acesso limitado a crédito, tecnologias adequadas, canais de comercialização e assistência técnica que dificultam a consolidação de modelos alternativos ao capitalismo tradicional (Souza; Buainain, 2013).

A economia solidária, conforme definida por Paul Singer (2008), propõe uma organização autogestionária do trabalho, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na participação igualitária dos envolvidos. Trata-se de uma proposta que visa

enfrentar os efeitos da exclusão social promovida pelo modelo capitalista, oferecendo alternativas de inclusão produtiva, dignidade no trabalho e desenvolvimento territorial sustentável (Gaiger, 2004; Laville, 2009; Santos; Carvalho, 2017).

Essa abordagem torna-se particularmente relevante quando aplicada a contextos de vulnerabilidade social, como os assentamentos rurais, onde a construção de redes de cooperação e apoio mútuo pode representar um caminho concreto para o empoderamento das comunidades. A economia solidária, nesse sentido, não apenas busca oferecer alternativas econômicas viáveis, mas também fortalecer os laços comunitários e os processos de tomada de decisão coletiva, fundamentais para a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Além disso, diversas experiências em diferentes regiões do país têm demonstrado que, quando bem estruturadas, as práticas de economia solidária podem gerar impactos positivos no combate à pobreza rural, à desigualdade social e à insegurança alimentar. Estudos apontam que empreendimentos solidários tendem a ser mais resilientes frente a crises econômicas, por estarem enraizados em valores de cooperação e reciprocidade, o que reforça sua pertinência no atual contexto socioeconômico.

Portanto, analisar a realidade do Assentamento Fazenda Larga à luz da economia solidária não apenas amplia o entendimento sobre as dinâmicas locais de produção e organização do trabalho, como também contribui para o debate sobre o papel dos assentamentos na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Trata-se de um esforço de compreender práticas emergentes que, mesmo em contextos adversos, buscam consolidar formas mais justas, solidárias e sustentáveis de viver e produzir no campo.

1.1 Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela relevância da economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais, especialmente em comunidades assentadas. Em um contexto marcado por desigualdades sociais, instabilidade econômica e degradação ambiental, torna-se essencial investigar modelos alternativos de organização socioeconômica capazes de articular inclusão social, geração de renda e preservação dos recursos naturais.

O Assentamento Fazenda Larga, localizado em Planaltina-DF, representa um espaço para essa análise, considerando seu histórico de luta por terra e organização comunitária. A atuação de associações e cooperativas no local aponta para a hipótese de práticas produtivas

baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho coletivo, princípios centrais da economia solidária.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa visa a contribuir para o aprofundamento teórico e empírico sobre o papel da economia solidária em contextos rurais, preenchendo lacunas ainda existentes na literatura sobre o tema. Do ponto de vista social, o trabalho oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e ações de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em assentamentos da reforma agrária, que historicamente enfrentam desafios estruturais e de reconhecimento.

Dessa forma, o estudo propõe-se não apenas a analisar uma realidade específica, mas também a fomentar reflexões críticas e propositivas acerca de caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo, democrático e sustentável no meio rural brasileiro.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar se os princípios da economia solidária estão presentes, direta ou indiretamente, nas práticas organizativas e produtivas do Assentamento Núcleo Rural Fazenda Larga, em Planaltina-Distrito Federal, analisando seus possíveis impactos sociais e econômicos no território.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a percepção dos moradores quanto à economia solidária e sua participação em iniciativas coletivas como cooperativas e associações.
- Analisar os principais desafios e as potenciais oportunidades para a adoção de práticas baseadas nos princípios da economia solidária no assentamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária

Nas últimas décadas, especialmente na Europa e na América Latina, o entendimento sobre economia solidária tem passado por transformações significativas (*Telles et al.*, 2020). Na literatura, é possível encontrar diferentes termos relacionados a essa abordagem, como "terceiro setor", "economia social", "economia popular", "economia colaborativa", "socioeconomia solidária" e "economia social e solidária", entre outras variações utilizadas por diversos autores, de acordo com Telles 2020.

Segundo Chiariello, Fonseca e Morais (2021), o movimento da Economia Solidária na América Latina tem se desenvolvido de forma não linear, apresentando avanços e retrocessos em diferentes aspectos, como sua base econômica, organizacional, social, institucional e política. O termo Economia Solidária passou a ser utilizado no Brasil a partir de 1996, quando o economista Paul Singer publicou o artigo “Economia Solidária contra o Desemprego”, no jornal Folha de S.Paulo. Desde então, a expressão passou a designar uma prática econômica voltada para a inclusão social de populações marginalizadas, associando os princípios da solidariedade e da justiça social como alternativas viáveis ao modelo econômico tradicional (Arcanjo; Oliveira, 2008).

Trata-se de uma abordagem que promove a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento sustentável, valorizando a organização coletiva do trabalho e a igualdade entre os participantes. A proposta ganha destaque em contextos marcados por crises econômicas e exclusão produtiva, especialmente a partir do final do século XX, quando políticas neoliberais intensificaram o desemprego e o fechamento de empresas, atingindo principalmente os trabalhadores com menor inserção no mercado formal (Singer, 2008).

De acordo com Singer (2008, p. 289): “Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central.”

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária constitui:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de

trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (Singer, 2002, p. 10).

Esse movimento acompanha uma tendência global de resposta da sociedade aos impactos negativos do sistema capitalista de produção. Entre esses impactos, destacam-se a concentração de riqueza, o avanço do desemprego estrutural, o aumento da violência e da exclusão social, além do estímulo ao consumismo e à busca incessante por lucros, fatores que contribuem para a degradação ambiental, a poluição, o esgotamento dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas locais e as alterações climáticas em escala planetária. (Pitaguari, 2010)

No âmbito da economia solidária, as formas de organização econômica baseiam-se na igualdade entre os participantes, rejeitando estruturas hierárquicas ou relações contratuais desiguais. Cooperativas de produção são exemplos emblemáticos desse modelo: nelas, os sócios compartilham igualmente o capital e exercem o poder decisório de maneira democrática. A gestão é coletiva, e os dirigentes, quando necessários, são eleitos e responsáveis perante o grupo (Singer 2002).

Segundo Singer (2002), a consolidação desse modelo exige o suporte de políticas públicas que promovam a redistribuição de renda, de forma a garantir sua sustentabilidade social. Ele propõe, por exemplo, a criação de uma renda básica universal, financiada por impostos progressivos, como mecanismo de apoio complementar às práticas solidárias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

2.1.1 Economia Solidária Em Comunidades Rurais Brasileiras

A economia solidária tem se consolidado como uma alternativa viável de organização econômica em comunidades rurais brasileiras, especialmente em contextos marcados pela exclusão social e pela dificuldade de acesso aos meios de produção. Nesses territórios, onde predominam a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, a lógica cooperativa e autogestionária da economia solidária representa uma estratégia de resistência e emancipação social (Singer, 2002; Gaiger, 2004).

Em comunidades rurais, os princípios da economia solidária, cooperação, solidariedade, autogestão e valorização do trabalho coletivo se articulam de maneira prática por meio da criação de cooperativas agrícolas, associações de produtores, grupos de comercialização direta e fundos rotativos solidários. Esses arranjos produtivos buscam não apenas gerar renda, mas

também fortalecer os vínculos comunitários e a autonomia dos sujeitos envolvidos (Carvalho; Santos, 2017; Laville, 2009).

Segundo França Filho e Laville (2004), a economia solidária em áreas rurais contribui para a revitalização dos territórios ao promover circuitos econômicos locais baseados em relações de confiança, reciprocidade e gestão democrática. Esses elementos são essenciais para a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento que valorizem os saberes tradicionais e respeitem os limites ambientais.

De acordo com *Feisther et al.* (2023), apontam que a economia solidária carrega múltiplos significados para os(as) participantes, principalmente aqueles(as) em situação de vulnerabilidade. Entre os efeitos relatados estão o fortalecimento dos vínculos sociais, melhora na autoestima, empoderamento, autonomia, desenvolvimento de habilidades, participação comunitária e bem-estar emocional. Além disso, destaca-se o papel social e terapêutico do trabalho, que proporciona não apenas geração de renda e independência financeira, mas também reconstrução de laços sociais e reestruturação da rotina pessoal.

Entretanto, a implementação e o fortalecimento de empreendimentos solidários no campo enfrentam diversos obstáculos, como a escassez de políticas públicas voltadas para a economia solidária rural, a carência de assistência técnica especializada e as dificuldades de acesso ao crédito e aos mercados consumidores (Souza; Buainain, 2013). Mesmo assim, iniciativas bem-sucedidas têm sido documentadas em diversas regiões do país, como no semiárido nordestino e em assentamentos do Centro-Oeste e Sul, demonstrando o potencial transformador dessas práticas (Mance, 2000; Schmidt; Cruz, 2011).

Além de favorecer a inclusão produtiva, a economia solidária nas comunidades rurais também pode promover a equidade de gênero e a valorização do trabalho das mulheres, frequentemente protagonistas em experiências de organização coletiva e geração de renda (Hespanhol; Silva, 2019). O reconhecimento desse protagonismo tem levado à incorporação de perspectivas feministas nos estudos sobre economia solidária, ampliando o debate sobre justiça social no meio rural.

Nesse sentido, compreender a aplicação da economia solidária em comunidades rurais brasileiras exige uma análise que vá além dos aspectos econômicos, considerando também as dimensões sociais, culturais e políticas que moldam as experiências locais. Trata-se de um campo dinâmico e em constante construção, onde os sujeitos coletivos desenvolvem estratégias próprias para enfrentar a precariedade e afirmar modos de vida mais justos e sustentáveis.

2.2. Marco Legal da Economia Solidária no Brasil

A economia solidária tem conquistado espaço nas políticas públicas brasileiras desde o início dos anos 2000, refletindo o reconhecimento institucional da sua relevância para a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. O principal marco foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de formular e implementar políticas voltadas para empreendimentos econômicos solidários, especialmente entre populações vulneráveis e em territórios rurais.

Um dos avanços normativos foi o Decreto nº 7.357/2010, que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). O decreto define princípios como a autogestão, a valorização do trabalho coletivo, a sustentabilidade ambiental e a justiça social como pilares para o fortalecimento de empreendimentos de economia solidária em todo o país. Além disso, ele estabelece diretrizes para certificação e uso do selo de identificação do comércio justo e solidário, incentivando práticas comerciais éticas e inclusivas.

Paralelamente, a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar, também é considerada um marco importante. Ao reconhecer a agricultura familiar como sujeito de políticas públicas diferenciadas, essa legislação cria interfaces diretas com os princípios da economia solidária, principalmente na promoção de cooperativas e associações produtivas rurais. A articulação entre economia solidária e agricultura familiar é estratégica para o desenvolvimento territorial de base comunitária, sobretudo em assentamentos de reforma agrária.

Mais recentemente, destaca-se a Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, mais conhecida como Lei Paul Singer, que representa um avanço importante ao criar mecanismos específicos de fomento, apoio técnico e linhas de crédito direcionadas a empreendimentos econômicos solidários. Essa lei dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Amplia a proteção jurídica ao setor, consolida princípios de autogestão e igualdade de participação, além de incentivar parcerias entre entes públicos, privados e organizações da sociedade civil. A nova legislação demonstra a evolução do arcabouço normativo nacional, reconhecendo a economia solidária como ferramenta efetiva de combate às desigualdades sociais e de fortalecimento da inclusão produtiva, especialmente em áreas rurais e periféricas.

Destaca-se também a importância do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002). Essa lei oferece a base legal para a constituição de associações e cooperativas, principais formatos jurídicos utilizados pelos empreendimentos de economia solidária. Os dispositivos presentes no Código Civil garantem, por exemplo, a igualdade entre os associados e a gestão democrática, reforçando princípios essenciais da economia solidária.

Com a promulgação da Lei Paul Singer, o Brasil finalmente passa a contar com um marco legal nacional específico para a economia solidária, atendendo a uma antiga demanda do setor. Essa conquista, contribui para a consolidação de políticas públicas mais robustas, capazes de apoiar a criação, o fortalecimento e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários.

Ainda assim, permanece importante o acompanhamento e a implementação efetiva dessas políticas, garantindo que os instrumentos previstos na nova lei se traduzam em benefícios reais para os trabalhadores e comunidades envolvidas. A consolidação plena da economia solidária como política de Estado depende da articulação entre governos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e empreendedores solidários, visando assegurar participação democrática, justiça social e desenvolvimento sustentável no território brasileiro.

2.3 Modelo Cooperativo e Suas Contribuições Para Comunidades Rurais

A formalização do cooperativismo no Brasil ocorreu com o Decreto Federal nº 1.637, promulgado em 1907. Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, o Decreto nº 22.239, de 1932, contribuiu significativamente para o fortalecimento e a consolidação do arcabouço legal cooperativista. Esses marcos normativos foram essenciais para estabelecer os parâmetros da relação entre o Estado e as cooperativas, conferindo diretrizes sobre o grau de autonomia e liberdade dessas organizações no desempenho de suas funções sociais e econômicas, Alvarenga e Dardengo (2025).

Os empreendimentos solidários surgem a partir da organização coletiva do trabalho e de práticas associativas. De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013), os empreendimentos econômicos solidários (EES) são constituídos por organizações coletivas e além do núcleo familiar como associações, cooperativas, empresas autogeridas e grupos de produção formadas por trabalhadores tanto do meio urbano quanto rural. Esses empreendimentos se caracterizam por não terem um proprietário individual e por evitarem a exploração excessiva do trabalho.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu a criação de cooperativas agrícolas com base na autogestão, buscando implementar um modelo de cooperativismo solidário, distinto das estruturas tradicionais voltadas para o lucro. Embora existam outros movimentos de trabalhadores rurais sem terra no Brasil, o MST se destaca por ser o mais antigo em atividade e por possuir uma organização consolidada. (Pitaguari, 2010). Conforme Pitaguari (2010) o MST criou em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), composto no nível local pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), no nível estadual pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) no nível nacional.

De acordo com Sales (2010), o cooperativismo representa uma estratégia de preservação da força econômica e da qualidade de vida de indivíduos que compartilham padrões, objetivos e desafios comuns. Sob essa perspectiva, tanto o assentamento quanto a cooperativa exercem relevante impacto econômico e social na vida dos cooperados, ao agregar valor à produção, oferecer assistência técnica, facilitar a comercialização e, principalmente, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além de elevar a renda dos produtores rurais associados, a cooperativa gera empregos para os assentados e os insere de forma ativa e participativa nos processos decisórios. O trabalho coletivo também potencializa a visibilidade de suas lutas, fortalecendo a reivindicação de direitos junto ao Estado.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada nesta pesquisa combina abordagens qualitativas e quantitativas, com caráter exploratório e descritivo, tendo como objetivo compreender de que maneira a economia solidária se apresenta como uma alternativa viável de desenvolvimento socioeconômico para comunidades rurais, a partir do estudo de caso do Assentamento Fazenda Larga, localizado em Planaltina, Distrito Federal. Essa metodologia permite compreender as percepções dos próprios sujeitos envolvidos sobre sua realidade socioeconômica, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento comunitário por meio da economia solidária. A escolha por uma abordagem quali-quantitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que demanda tanto a análise numérica dos dados obtidos por meio de questionário estruturado quanto a interpretação dos significados atribuídos pelos participantes às práticas sociais e econômicas presentes em sua realidade.

3.1 Área de Estudo

A pesquisa abrange investigações voltadas à comunidade no Assentamento Fazenda Larga, localizado na Região Administrativa de Planaltina no Distrito Federal.

De acordo com o IDCR (Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural) da EMATER-DF (2011) o assentamento teve sua origem no início dos anos 2000, quando famílias que utilizavam terras próximas ao Campus da UnB para pequenas atividades agropecuárias precisaram ser realocadas devido à criação do Parque Sucupira. Após discussão entre órgãos governamentais e ambientais, para realocar essas famílias, decidiram usar uma área chamada Área Isolada nº 11 da Fazenda Larga, que foi designada uma área de 225 hectares no total. Para a comunidade, sendo 115 ha foram usados para criar 63 parcelas para os assentados, enquanto o restante foi destinado à preservação ambiental.

Em 2005, os moradores da Fazenda Larga lutaram pelo reconhecimento do assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), impulsionando o desenvolvimento da comunidade, segundo a EMATER-DF (2011).

A partir de 2006, a chegada de investimentos e programas de fomento agrícola possibilitou a expansão das atividades produtivas. Uma introdução de horticultura em estufas, fruticultura, piscicultura e avicultura diversificou a economia local, permitindo que os

assentados comercializassem sua produção e garantissem sua subsistência. A criação da Associação dos Produtores da Fazenda Figura 1: Localização do Assentamento Fazenda Larga no Distrito Federal

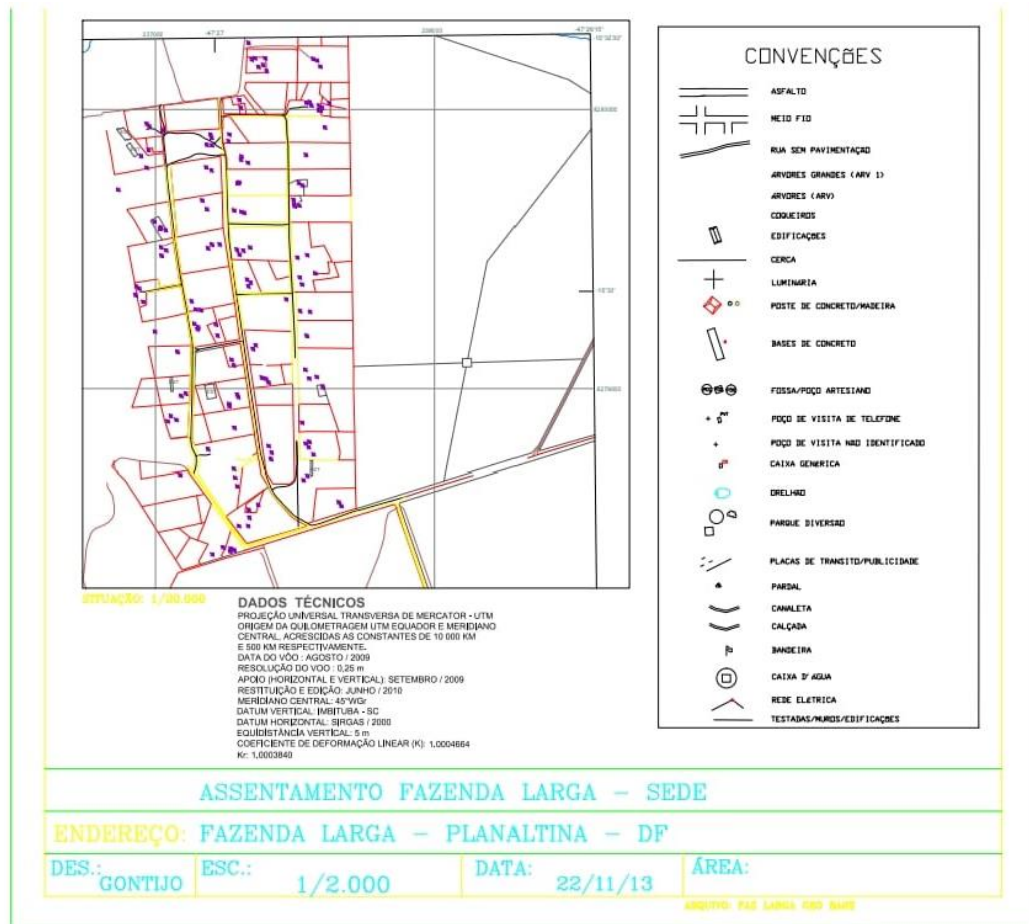
Larga (APROFAL) fortaleceu a organização comunitária, promovendo capacitações, incentivos à economia solidária e acesso a programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas iniciativas reforçam a sustentabilidade socioeconômica do assentamento, promovendo práticas aprovadas aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento rural sustentável.

3.1.1 Mapas de Localização do Assentamento na Poligonal do DF

Figura 1: Localização do Assentamento Fazenda Larga no Distrito Federal



Figura 2: Mapa AutoCAD Característica da Área



Fonte: Cedido Pela Administração de Planaltina - DF

3.2 Aspectos Sociais e Territoriais

Para a compreensão territorial e social do Assentamento Fazenda Larga, em Planaltina, Distrito Federal, foram utilizadas como principais fontes de informação os dados disponíveis em relatório técnico elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), bem como registros de campo, entrevistas com moradores e observações diretas realizadas durante as visitas.

3.2.1 Caracterização Demográfica do Assentamento Fazenda Larga

Para compreender o contexto socioeconômico e territorial do Assentamento Fazenda Larga, em Planaltina-DF, foram utilizados dados disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), especialmente o relatório-diagnóstico elaborado em 2011, no âmbito da aplicação do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR).

Segundo o relatório, o Assentamento Fazenda Larga foi implantado com o objetivo de promover o acesso à terra para famílias em situação de vulnerabilidade social e fortalecer a agricultura familiar no Distrito Federal. A área foi inicialmente ocupada em 2003, e o processo de estruturação foi acompanhado por ações da EMATER-DF e da Secretaria de Agricultura do DF. Em 2005, foi fundada a Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL), marco importante da organização social local.

O assentamento conta com 83 lotes produtivos, e em 2011, a população total registrada era de 170 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 51 crianças (0 a 12 anos), 33 jovens (13 a 24 anos), 76 adultos (25 a 60 anos) e 10 idosos (acima de 60 anos).

Figura 3 - Estimativa da População do Assentamento Fazenda Larga (2011)

Faixa Etária	Número de Moradores	% Aproximado do Total
Crianças (0 a 12 anos)	51	30%
Jovens (13 a 24 anos)	33	19%
Adultos (25 a 60 anos)	76	45%
Idosos (acima de 60 anos)	10	6%
Total	170	100%

Fonte: autoral baseado nas informações da EMATER-DF

Embora a estimativa populacional, com base na média de quatro a cinco pessoas por núcleo familiar e a presença de mais de uma família por lote, indique um total entre 330 e 750 pessoas, os dados oficiais coletados apontam uma população efetiva menor. Essa diferença pode estar relacionada a fatores como migração, subnotificação, composição familiar variável e ausência de atualização cadastral.

A EMATER-DF destaca que a principal atividade econômica do assentamento é a agricultura familiar, com produção de hortaliças, frutas e criação de pequenos animais. A maioria dos lotes é utilizada para produção voltada tanto à subsistência quanto à comercialização local. O relatório também ressalta a necessidade de investimentos em infraestrutura básica, como acesso à água, transporte e serviços públicos essenciais, além do fortalecimento da organização social e do apoio técnico continuado.

Esse conjunto de informações constitui uma base fundamental para a compreensão dos aspectos sociais e territoriais do assentamento, subsidiando propostas de desenvolvimento sustentável e políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

3.2.2 Entrevista com o Ex-Presidente da Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL)

Para compreender melhor a trajetória de organização e os desafios enfrentados pela comunidade do Assentamento Fazenda Larga, foi realizada uma entrevista com o ex-presidente da Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL), Jair Francisco Pinto. A conversa por ligação abordou aspectos históricos sobre o assentamento, que forneceu informações importantes sobre a estruturação e evolução do assentamento. Segundo ele, atualmente, existem 83 lotes, com tamanho médio entre 2 a 3 hectares cada, onde estão distribuídas cerca de 113 famílias.

O ex-presidente também destacou que o assentamento começou sob coordenação da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e foi posteriormente consolidado e reconhecido pelo INCRA, por meio da Portaria 157/D de 30/12/2005. A regularização foi feita em conformidade com a Lei do PRAT (Lei Complementar nº 904/2001), que trata da destinação de terras públicas para fins de reforma agrária. Que fornece respaldo legal ao processo de assentamento no Distrito Federal, incluindo a Fazenda Larga. A legislação garante a destinação de lotes para trabalhadores rurais, a regularização fundiária, apoio técnico, infraestrutura e participação em políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar.

O início do reconhecimento oficial do assentamento pelo INCRA foi a partir de junho de 2006, com a emissão de documentos e estruturação dos lotes. Esta entrevista com o Jair Francisco contribuiu de maneira significativa para aprofundar a compreensão sobre a origem e o desenvolvimento do Assentamento Fazenda Larga, oferecendo uma perspectiva prática e vivenciada sobre o processo de consolidação fundiária, o papel das instituições públicas envolvidas e os desafios enfrentados pelas famílias assentadas.

3.3 Questionário

A pesquisa foi realizada com base em um levantamento de dados junto aos moradores do assentamento, especialmente aqueles envolvidos em atividades produtivas coletivas ou iniciativas baseadas nos princípios da economia solidária. O universo da pesquisa compreende os residentes do assentamento, formada por sujeitos que responderam voluntariamente ao questionário, seja de forma digital, seja presencial, e que possuam algum grau de envolvimento ou conhecimento sobre as experiências locais de organização econômica solidária.

A coleta de dados foi feita a partir de um questionário estruturado, previamente elaborado na plataforma Google Forms, contendo perguntas fechadas e abertas que abordam aspectos como o perfil socioeconômico dos respondentes, seu envolvimento com práticas coletivas e cooperativas, a percepção sobre os impactos da economia solidária na comunidade, os desafios enfrentados no processo organizativo e as perspectivas futuras dessas iniciativas. O questionário foi aplicado em dois formatos: digital, por meio de envio do link em canais de comunicação da comunidade, como grupos de WhatsApp e redes de contato direto; e presencial, por meio de visitas ao assentamento realizadas pela pesquisadora.

3.4 Visitas

As visitas ao Assentamento Fazenda Larga tiveram papel fundamental na presente pesquisa, pois permitiram não apenas a aplicação presencial do questionário, especialmente junto aos moradores que não possuíam acesso facilitado à internet, mas também a realização de observações diretas sobre o cotidiano da comunidade, suas formas de organização produtiva, as dinâmicas sociais e os espaços de atuação

coletiva. Além disso, essas visitas foram essenciais para o conhecimento aprofundado da área, possibilitando diálogos com os moradores, que contribuíram com informações relevantes sobre o território e as condições locais. Também foram realizadas visitas à Administração Regional de Planaltina, com o objetivo de localizar documentos oficiais contendo informações sobre o número de habitantes do assentamento e mapas da região, elementos fundamentais para contextualizar e embasar o estudo.

Durante as visitas ao assentamento, estabeleceu-se um contato direto e respeitoso com os participantes, assegurando uma escuta sensível e atenta à realidade local. O período de coleta de dados foi realizado entre os dias 13/06/2025 a 26/06/2025, garantindo tempo suficiente para a aplicação do questionário de forma presencial com os moradores que não dispunham de acesso à internet, além da coleta de respostas online para aqueles que possuíam esse recurso.

Os dados obtidos por meio das perguntas fechadas foram tratados com técnicas de estatística descritiva simples, apresentando os resultados em termos de frequências e percentuais. Já as respostas abertas foram analisadas à luz da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas, padrões de sentido e elementos qualitativos relevantes à compreensão do fenômeno estudado. A

combinação entre os dados quantitativos e qualitativos possibilitou uma análise mais abrangente da economia solidária no contexto do assentamento, considerando tanto os resultados objetivos quanto às percepções e sentidos atribuídos pelos moradores.

No que diz respeito aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, a voluntariedade da participação, a garantia do anonimato das respostas e a utilização exclusiva dos dados para fins acadêmicos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado exclusivamente em formato digital, no próprio formulário online. Apenas os indivíduos que consentiram expressamente em participar da pesquisa tiveram seus dados incluídos na análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As visitas realizadas ao Assentamento Fazenda Larga foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, proporcionando não apenas o acesso direto aos moradores, mas também a compreensão das práticas produtivas e organizativas adotadas na comunidade. A partir das observações em campo, verificou-se a presença de práticas associadas à economia solidária, mesmo que de forma espontânea e não formalmente institucionalizada.

As atividades produtivas do Assentamento Fazenda Larga estão organizadas principalmente por meio da Cooperativa da Fazenda Larga (COOPERFAL) e da Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL), ambas com sedes dentro do território. A COOPERFAL, formalizada em 2022, atua na produção e comercialização de alimentos como hortaliças, frutas, ovos, frangos caipiras e produtos artesanais, como queijos e doces. Já a associação, criada em 2005, desempenha um papel fundamental na articulação comunitária e na mobilização dos moradores, promovendo ações coletivas, mutirões e o diálogo com instituições públicas. Essas duas organizações, embora com funções distintas e complementares, representam tanto o sustento das famílias quanto uma fonte de renda complementar com a venda dos produtos, sendo produzidos muitas vezes de maneira coletiva e com base na cooperação entre os residentes, o que evidencia características dos princípios da economia solidária, como a autogestão, o trabalho associado e o fortalecimento das redes de apoio mútuo.

Durante as visitas de campo, foi possível observar de forma direta as condições em que a produção ocorre no assentamento. Apesar das limitações estruturais e dos recursos financeiros restritos, os moradores demonstram forte engajamento e compromisso com a produção de alimentos de qualidade, além de expressarem um profundo senso de pertencimento ao território e à vida coletiva. As imagens a seguir ilustram esses aspectos, apresentando a sede da COOPERFAL, áreas de produção mantidas por famílias cooperadas e uma das moradoras responsáveis pela fabricação artesanal de doces, queijos e requeijão, produtos amplamente valorizados tanto dentro quanto fora da comunidade. No entanto, vale destacar que, alguns moradores produzem produtos que a comercialização ocorre de forma individualizada e privada.

Figura 4: Sede



Fonte: Autoral

Figura 5: Produção de legumes



Fonte: Autoral

Figura 6: Produção de Animais



Fonte: Autoral

Figura 7: Produtora de Doces



Fonte: Autoral

Além das observações, a pesquisa contou com a aplicação de um questionário estruturado, desenvolvido por meio da plataforma Google Forms, e disponibilizado tanto de

forma digital quanto presencial. Essa estratégia visou ampliar o alcance da coleta de dados, considerando as limitações de conectividade digital enfrentadas por parte dos moradores.

As visitas possibilitaram a aplicação presencial do instrumento, especialmente entre os moradores que não possuem acesso facilitado à internet ou que apresentavam maior envolvimento nas práticas de organização coletiva e produção solidária. Esse contato direto permitiu não apenas a aplicação dos questionários, mas também o aprofundamento nas dinâmicas locais e o fortalecimento do vínculo com os participantes.

Ao todo, foram aplicados 67 questionários, respeitando os critérios éticos estabelecidos pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando que todos os participantes contribuíram de forma consciente e voluntária. O questionário combinou perguntas fechadas e abertas, abordando temas como participação em atividades produtivas, percepção sobre a organização coletiva, produção de alimentos, comercialização, dificuldades enfrentadas e sugestões para o fortalecimento da economia local.

Os dados obtidos por meio das respostas revelam importantes informações sobre o perfil dos moradores, o nível de engajamento nas práticas coletivas e os desafios que limitam a expansão da economia solidária no território, aspectos que serão aprofundados nas próximas seções deste capítulo.

As imagens abaixo retratam o ambiente do assentamento, a produção realizada e o envolvimento da comunidade nas iniciativas produtivas, evidenciando que, apesar das dificuldades, o Assentamento Fazenda Larga apresenta um potencial significativo para o fortalecimento de práticas baseadas na solidariedade, no trabalho coletivo e na autonomia econômica dos moradores.

Figura 8.A: Entrada da Associação



Fonte: Autoral

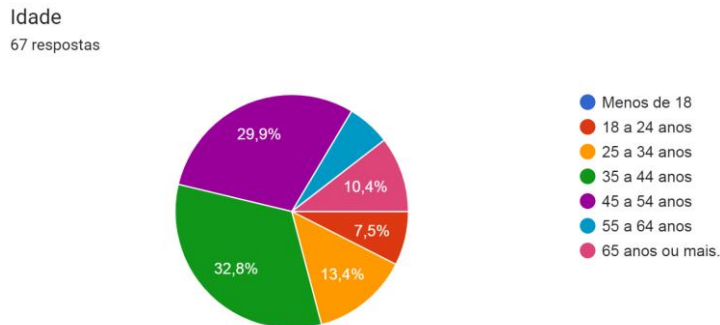
Figura 9.B: Casas do Assentamento



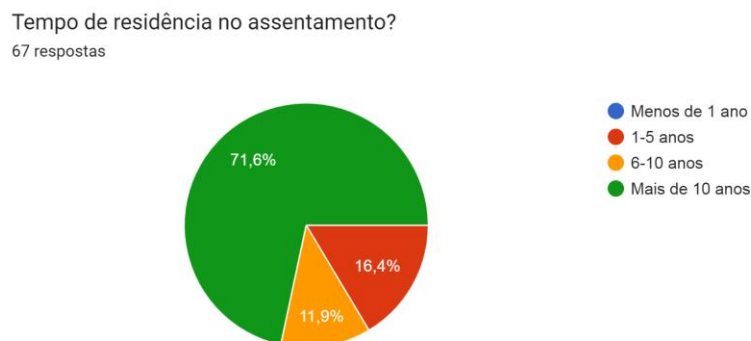
Fonte: Autoral

4.1 Perfil dos Respondentes

Os dados coletados permitem identificar algumas tendências relevantes. A maioria dos respondentes possui entre 35 e 54 anos, com destaque para as faixas de 35–44 anos (32,89%) e 45–54 anos (29,9%), o que sugere um perfil majoritariamente adulto, ativo e em idade produtiva.



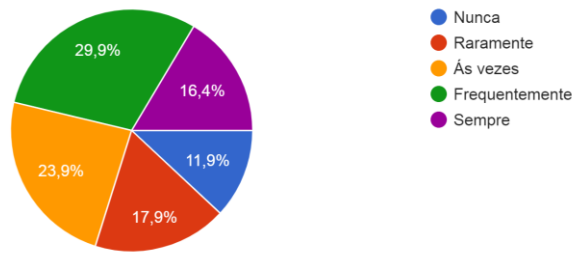
Em relação ao tempo de residência, 71,6% dos participantes afirmaram viver no assentamento há mais de 10 anos, o que indica uma vinculação consolidada ao território. Essa permanência prolongada pode favorecer o engajamento em ações coletivas e iniciativas comunitárias, além de contribuir para a legitimidade e fundamentação das respostas fornecidas ao questionário.



4.2 Práticas de Cooperação e Trabalho Coletivo

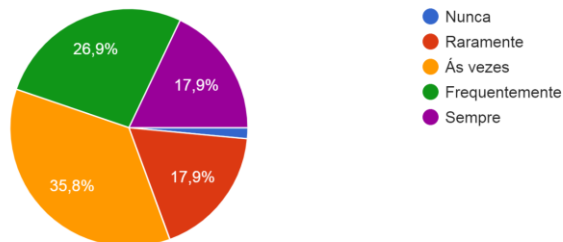
Ao serem questionados sobre a frequência que eles costumam trabalhar junto com outras pessoas do assentamento, 29,9% responderam que o fazem “frequentemente” e 16,4% responderam como “sempre”, enquanto 23,9% indicaram que ocorre “às vezes”.

Você costuma trabalhar junto com outras pessoas do assentamento?
67 respostas



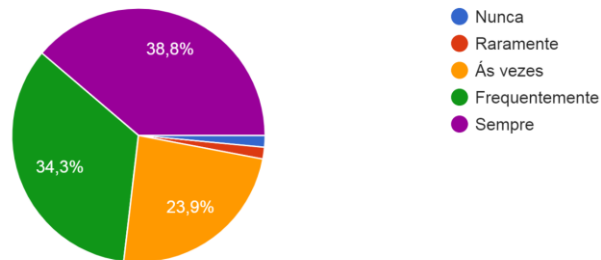
Além disso, 62,7% dos respondentes relataram já ter participado de mutirões ou ações coletivas, o que reforça a presença de uma cultura de cooperação no assentamento, um dos pilares fundamentais da economia solidária. Observa-se, ainda, que as pessoas que indicaram participar apenas raramente ou ocasionalmente dessas atividades são, em sua maioria, mulheres que assumem responsabilidades domésticas e pessoas mais velhas, o que pode limitar sua disponibilidade para se envolver em ações coletivas.

Já participou de algum mutirão ou trabalho em grupo no assentamento?
67 respostas



No entanto, quando questionados sobre o compartilhamento de ferramentas, máquinas e materiais, 73,1% dos participantes afirmaram que essa prática ocorre “sempre” ou “frequentemente”. Esse dado revela uma prática consolidada de uso coletivo dos recursos produtivos, demonstrando um alinhamento significativo com os princípios da economia solidária, especialmente no que se refere à cooperação e à gestão compartilhada dos meios de produção. Essa dinâmica contribui para fortalecer os vínculos comunitários e reduzir a lógica individualista presente em sistemas econômicos convencionais.

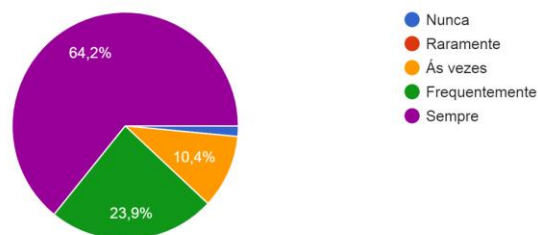
As pessoas dividem ferramentas, máquinas ou outros materiais entre si?
67 respostas



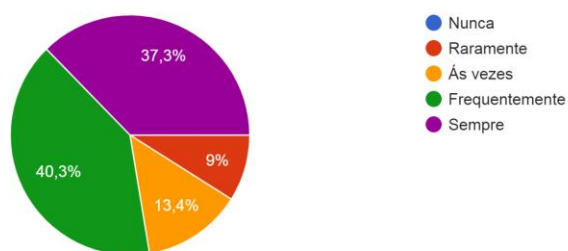
4.3 Participação e Decisão Coletiva

A participação em espaços de decisão também apresentou dados relevantes: 64,2% afirmaram que a comunidade realiza reuniões para decisões importantes, mas apenas 40,3% disseram se sentir sempre à vontade para participar delas. Isso pode indicar uma estrutura participativa formalmente presente, mas com leves desafios relacionados à autonomia e diálogo.

A comunidade faz reuniões para decidir coisas importantes?
67 respostas

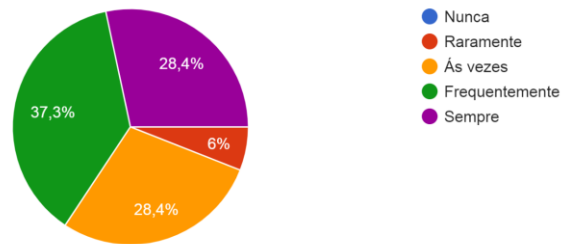


Você se sente à vontade para participar dessas decisões?
67 respostas

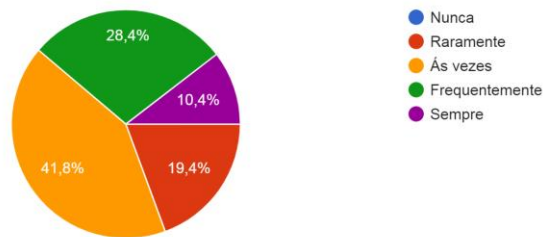


Ainda assim, o sentimento de solidariedade é percebido: 37,3% afirmaram “sempre” poder contar com os vizinhos, e 41,8% sentem que há união entre os moradores. Esse laço social é essencial para consolidar práticas solidárias, mas precisa ser fortalecido por estruturas organizativas concretas.

Você sente que pode contar com seus vizinhos quando precisa?
67 respostas



Na sua opinião, existe união entre os moradores do assentamento?
67 respostas

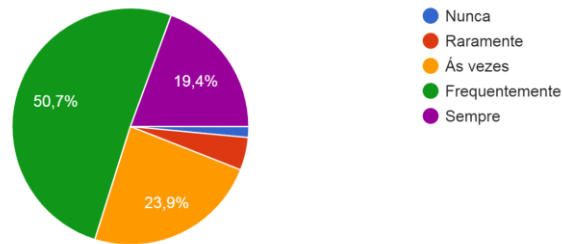


4.4 Organização Produtiva e Iniciativas Solidárias

Apesar da presença de uma cooperativa e de uma associação no assentamento, os dados revelam uma participação ainda limitada da comunidade nessas formas organizativas. Quando questionados sobre a participação em grupos de trabalho coletivo ou cooperativas, apenas 26,9% dos entrevistados afirmaram participar “sempre”, enquanto 35,8% responderam que “nunca” participam. Esse cenário aponta não para a ausência dessas estruturas, mas para a necessidade de fortalecer o engajamento dos moradores nas instâncias formais da economia solidária, promovendo maior integração, senso de pertencimento e corresponsabilidade nas ações produtivas coletivas.

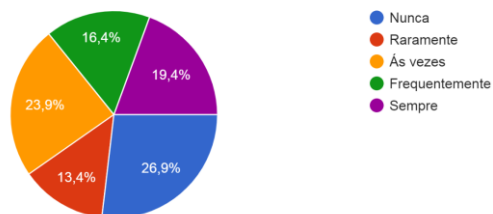
Já viu ou participou de alguma ajuda coletiva para uma família com dificuldade?

67 respostas



Você participa de grupos de trabalho coletivo ou cooperativa no assentamento?

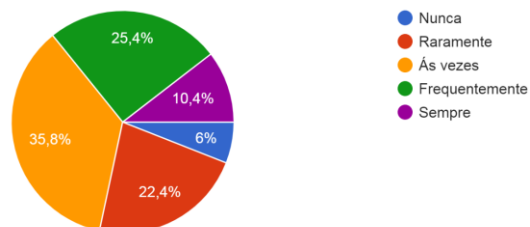
67 respostas



Apesar de apenas 35,8% dos entrevistados afirmarem que trabalhar em grupo, dividir lucros igualmente, “frequentemente” ou “sempre” de iniciativas de trabalho coletivo, o fato de 58,2% acreditarem que um modelo baseado em cooperação, divisão igualitária de lucros e decisões coletivas não funcionaria revela uma baixa confiança na efetividade desse tipo de organização entre parte significativa da comunidade. Esse resultado sugere que, embora haja experiências pontuais de cooperação e solidariedade, a ideia de uma estrutura coletiva e autogestionária ainda enfrenta resistências culturais ou desconfiança prática.

Acha que a ideia de trabalhar em grupo, dividir lucros igualmente e tomar decisões coletivamente daria certo aqui?

67 respostas



4.5 Análise Qualitativa das entrevistas

Em visitas de campo e conversas com moradores, foi constatado que o número de habitantes cresceu significativamente ao longo dos últimos anos. Embora esse dado não esteja oficialmente documentado, os moradores locais relatam que a população atual já ultrapassa 370 pessoas, evidenciando o aumento da densidade demográfica e a expansão dos núcleos familiares.

Esse crescimento populacional não previsto inicialmente reforça os desafios estruturais da comunidade, como o acesso a serviços básicos, gestão de resíduos sólidos, saneamento e mobilidade, bem como a necessidade de atualização dos cadastros e diagnósticos oficiais.

Além das questões objetivas, os comentários abertos deixados por alguns participantes da pesquisa ofereceram contribuições qualitativas relevantes, permitindo compreender aspectos subjetivos, percepções individuais e sentimentos sobre a vida em comunidade e as práticas coletivas no Assentamento Fazenda Larga. Essa etapa qualitativa reforça a abordagem metodológica do estudo e enriquece a análise com elementos discursivos espontâneos dos próprios moradores.

De maneira geral, os comentários revelam valores alinhados aos princípios da economia solidária, como solidariedade, empatia, apoio mútuo e o desejo de mais união entre os moradores. A convivência de duas a três famílias em um mesmo lote contribui para o fortalecimento dos vínculos de vizinhança, promovendo uma dinâmica cotidiana baseada na cooperação e no cuidado coletivo. Expressões recorrentes como “a gente sempre se ajuda” e “aqui é um ajudando o outro” demonstram a existência de uma consciência coletiva e o esforço ativo para fortalecer os laços comunitários, aspectos centrais da economia solidária.

Alguns participantes destacaram a importância de ampliar e fortalecer as ações coletivas já existentes, ressaltando que a associação local tem desempenhado papel relevante na mobilização comunitária e no incentivo à solidariedade. Comentários apontam que há uma cultura ativa de partilha de alimentos entre os moradores todos os meses, o que reforça os laços de cooperação e demonstra o enraizamento de práticas solidárias no cotidiano da comunidade.

Por outro lado, também surgiram comentários que expressam desmotivação ou distanciamento de iniciativas coletivas. Frases como “há união apenas dos conhecidos” ou “não tem tanta união como antes” revelam tensões internas e desafios sociocomportamentais que precisam ser considerados na proposta de fortalecimento da economia solidária. Esses relatos

são importantes, pois demonstram que a presença de estruturas formais como cooperativas ou associações não garante, por si só, a vivência plena da solidariedade e da autogestão, sendo necessário promover constantemente o engajamento e o sentimento de pertencimento.

A análise desses comentários indica que, embora existam conquistas concretas em termos de organização coletiva, o elemento subjetivo como o senso de comunidade, a confiança mútua e o desejo de participação ainda precisa ser fortalecido, para consolidar a economia solidária de forma efetiva no assentamento.

Em termos metodológicos, essas respostas demonstram a importância de combinar instrumentos quantitativos e qualitativos para compreender de forma mais profunda a realidade estudada, respeitando a complexidade das relações sociais e produtivas vividas pelos sujeitos da pesquisa.

4.6 Limitações da Pesquisa

Como toda investigação de campo, esta pesquisa apresentou algumas limitações que impactaram o processo de coleta e análise de dados. A primeira dificuldade enfrentada foi o acesso a estudos atualizados e específicos sobre o Assentamento Fazenda Larga e sobre iniciativas de economia solidária em assentamentos rurais do Distrito Federal. A escassez de publicações recentes sobre o tema exigiu o uso intensivo de fontes secundárias e informações obtidas diretamente com os moradores, o que, embora enriquecedor, limitou o embasamento teórico em materiais atualizados e oficiais.

Outro obstáculo relevante foi a dificuldade de acesso a dados documentados junto a órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Terracap e a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. Apesar das tentativas, a obtenção de informações oficiais sobre o quantitativo populacional, a regularização fundiária e mapas atualizados da região foi restrita ou inexistente, o que limitou o aprofundamento de algumas análises socioeconômicas e territoriais.

Além disso, a aplicação do questionário de forma online apresentou baixa adesão, evidenciando a dificuldade de acesso à internet entre parte significativa dos moradores. Essa limitação demandou um esforço maior da pesquisadora para a aplicação presencial do instrumento, a fim de garantir a representatividade e a participação efetiva da comunidade.

Por fim, destaca-se a limitação logística relacionada ao deslocamento até o Assentamento Fazenda Larga, situado em uma área rural de difícil acesso e distante dos centros urbanos. Essa condição exigiu planejamento prévio, disponibilidade de transporte e recursos financeiros adicionais, o que, em determinados momentos, restringiu a frequência e o tempo disponível para o acompanhamento direto das atividades desenvolvidas no assentamento.

Apesar desses desafios, as estratégias adotadas, como o fortalecimento do contato presencial, a flexibilidade nos instrumentos de coleta e a aproximação direta com os moradores, possibilitaram a superação parcial dessas limitações, assegurando a realização da pesquisa conforme os objetivos estabelecidos.

4.6.1 Sugestões Para Pesquisa Futuras

Diante das limitações identificadas, recomenda-se que futuras pesquisas sobre o Assentamento Fazenda Larga ou contextos semelhantes considerem as seguintes estratégias:

- Estabelecimento de parcerias institucionais com órgãos públicos, como INCRA, Terracap e Secretaria de Agricultura, para facilitar o acesso a dados oficiais, atualizados e detalhados sobre os assentamentos rurais;
- Incentivo à produção acadêmica contínua sobre economia solidária em áreas rurais e de assentamento, contribuindo para o preenchimento das lacunas de informações atuais e regionais;
- Utilização de ferramentas alternativas e de baixo custo para coleta de dados, como formulários em dispositivos móveis, aplicativos de mensagens ou entrevistas gravadas, considerando as limitações de conectividade digital;
- Realização de estudos de longa duração, com presença contínua no território, permitindo o acompanhamento das transformações sociais, econômicas e organizativas da comunidade;
- Promoção de espaços participativos, como oficinas, seminários e rodas de conversa, que aproximem pesquisadores, gestores públicos e moradores, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a academia, além de facilitar o levantamento de dados e o compartilhamento de informações.

Tais recomendações podem contribuir para o aprimoramento das investigações futuras, além de apoiar o fortalecimento das práticas de economia solidária e o desenvolvimento sustentável em territórios rurais como o Assentamento Fazenda Larga.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender de forma significativa as práticas, percepções e desafios relacionados à economia solidária no Assentamento Fazenda Larga, em Planaltina-DF. A análise dos dados revelou que, mesmo de forma informal em muitos aspectos, os moradores já vivenciam práticas alinhadas aos princípios da economia solidária, especialmente por meio da atuação da Associação dos Produtores da Fazenda Larga (APROFAL) e da cooperativa local.

Esses empreendimentos representam exemplos concretos de autogestão, cooperação e solidariedade — pilares fundamentais da economia solidária. A existência dessas organizações e a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) demonstram que o assentamento já conta com um ambiente institucional favorável à organização econômica coletiva, à inclusão produtiva e à geração de renda.

Além disso, valores como solidariedade, empatia, ajuda mútua e cooperação se manifestam no cotidiano da comunidade, por meio do compartilhamento de ferramentas, mutirões e demais práticas colaborativas. Esse cenário reforça o potencial do território para o fortalecimento e ampliação das iniciativas econômicas solidárias.

No entanto, o estudo também evidenciou importantes desafios. A participação efetiva e contínua dos moradores nas estruturas formais, como a associação e a cooperativa, ainda é limitada. Entre os fatores que contribuem para essa baixa adesão estão a sobrecarga de responsabilidades domésticas, especialmente entre as mulheres, o envelhecimento de parte da população e lacunas nos processos de mobilização e formação coletiva. Além disso, persiste um certo grau de individualização nas relações internas, o que pode enfraquecer as práticas autogestionárias e o senso de pertencimento coletivo.

Outro ponto importante observado durante a pesquisa é que o número de famílias residentes no assentamento é superior ao número de lotes existentes. Esse dado levanta reflexões sobre possíveis dificuldades no acesso equitativo à terra, divisão de recursos e organização interna, além de representar uma oportunidade relevante para futuras pesquisas aprofundarem o impacto desse contexto na dinâmica da economia solidária local.

Portanto, embora a economia solidária no Assentamento Fazenda Larga já seja uma realidade institucionalizada com impactos sociais e econômicos positivos, sua consolidação plena depende do fortalecimento da participação democrática, do estímulo à cultura do compartilhamento e da valorização do protagonismo comunitário.

O forte vínculo dos moradores com o território, evidenciado pelo longo tempo de residência e pelas práticas cotidianas de ajuda mútua, cria um cenário fértil para o avanço de modelos econômicos mais justos, sustentáveis e cooperativos. Para tanto, é fundamental investir em processos contínuos de mobilização, formação política, fortalecimento das lideranças locais e incentivo à autogestão.

Em síntese, o Assentamento Fazenda Larga apresenta um terreno promissor para o fortalecimento da economia solidária, que já se mostra como alternativa de organização econômica no território. O desafio agora reside em aperfeiçoar as práticas existentes, ampliar a participação consciente da comunidade e fortalecer os vínculos entre as iniciativas coletivas, para que a lógica solidária se torne ainda mais efetiva e transformadora no cotidiano local.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. J. R.; DARDENGO, A. M. Reflexões sobre a economia solidária no cooperativismo apícola do Vale do Jequitinhonha. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. e87833, 2025. DOI: 10.5902/2359043287833. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/87833>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *Revista Perseu: História, Memória e Política*, n. 13, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.357, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária, institui a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária – Sinaes, Brasília, DF, 26 dez. 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15068.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

CARVALHO, N.; SANTOS, D. S. Economia solidária e desenvolvimento territorial: potencialidades e limites. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 173–193, 2017.

CHIARIELLO, C. L.; AZEVEDO FONSECA, S.; PEREIRA MORAIS, L. Enfoque político e institucional de la economía solidaria en América Latina y la experiencia del Senaes en Brasil (2004–2019). *Otra Economía*, [S. l.], v. 14, n. 25, p. 76–95, 2021. Disponível em: <https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/786>. Acesso em: 10 jun. 2025.

EMATER-DF. Relatório Diagnóstico do Assentamento Fazenda Larga. Brasília: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, 2011. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/fazenda-larga.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FEISTHER, L. C. et al. Características da economia solidária na saúde mental: revisão integrativa da literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 9, p. 1822–1849, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i9.15612. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15612>. Acesso em: 11 jun. 2025.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. A economia solidária: uma abordagem internacional. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAIGER, L. I. Sentidos da economia solidária. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/4042977/Sentidos_da_economia_solid%C3%A1ria. Acesso em: 7 abr. 2025.

GAIGER, L. I. Sentidos e desafios da economia solidária no Brasil. *Revista Em Pauta*, v. 15, n. 34, p. 85–103, 2004.

HESPANHOL, R. A. M.; SILVA, M. G. Mulheres na economia solidária: reflexões sobre empoderamento e transformação social. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 2, p. 31–45, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: mapa municipal estatístico – Censo 2022. Escala 1:100.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/. Acesso em: 14 maio 2025.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório técnico do Assentamento Fazenda Larga, Planaltina/DF. Brasília: INCRA, 2003.

INSTITUTO DE GEOPROCESSAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (IDE-DF). Geoportal. Disponível em: <https://www.ide.df.gov.br/geoportal/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um novo modo de pensar a economia. Petrópolis: Vozes, 2009.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um balanço do debate. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 83, p. 21–45, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1330>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MANCE, E. A. A revolução das redes: economia solidária e libertação do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2000.

PITAGUARA, S. O. A economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local. [S. l.: s. n.], [2023?]. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/7bcd51d8-83b9-47b2-ab5c-c0cbb8340c13/content>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROCHA, F. G. Pré-Assentamento Canaã – DF: uma exploração multidimensional através da agroecologia para um desenvolvimento rural e sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/40449/1/2023_FernandoGomesRocha_tcc.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, v. 1, n. 1, p. 23–34, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30>. Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS, B. S.; CARVALHO, S. (orgs.). Cooperativismo e economia solidária: alternativas de organização e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://www.editoracortez.com.br/cooperativismo-e-economia-solidaria-alternativas-de-organizacao-e-desenvolvimento>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SCHMIDT, A.; CRUZ, L. B. Experiências de economia solidária no meio rural: o caso das cooperativas de produção agroecológica no Rio Grande do Sul. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 137–148, 2011.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf> . Acesso em: 6 maio 2025.

SINGER, P. Economia solidária. Estudos Avançados, v. 22, n. 62, p. 289–314, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10335/12013> . Acesso em: 7 abr. 2025.

SOUZA, M. C. M.; BUAINAIN, A. M. Desenvolvimento rural e agricultura familiar no Brasil: desafios e perspectivas. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 1, p. 85–106, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/xXmHYzYkHQYtLv6RtPB9bTF/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo compreender as práticas de cooperação, participação comunitária e possíveis relações com os princípios da economia solidária no Assentamento Fazenda Larga – Planaltina-DF. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos no desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Sua participação é fundamental e suas respostas serão tratadas de forma anônima e sigilosa. O tempo estimado para preenchimento é de aproximadamente 2 minutos.

Agradeço sua colaboração!

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1) Idade

- Menos de 18
- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos
- 65 anos ou mais.
- Outro:

2) Tempo de residência no assentamento?

- Menos de 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos

Mais de 10 anos

3) Você costuma trabalhar junto com outras pessoas do assentamento?

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

4) Já participou de algum mutirão ou trabalho em grupo no assentamento?

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

5) As pessoas dividem ferramentas, máquinas ou outros materiais entre si?

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

6) A comunidade faz reuniões para decidir coisas importantes?

Nunca

Raramente

- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

7) Você se sente à vontade para participar dessas decisões?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

8) Você sente que pode contar com seus vizinhos quando precisa?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

9) Na sua opinião, existe união entre os moradores do assentamento?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

10) Já viu ou participou de alguma ajuda coletiva para uma família com dificuldade?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

11) Você participa de grupos de trabalho coletivo ou cooperativa no assentamento?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

12) Acha que a ideia de trabalhar em grupo, dividir lucros igualmente e tomar decisões coletivamente daria certo aqui?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre